

As obras públicas nos registros de acórdãos da Câmara de São João del-Rei (1806-1828)¹

Las obras públicas en los registros de resoluciones de la Cámara de São João del-Rei (1806-1828)

E3_03 – Saberes técnicos, práticas sociais y gobierno de la ciudad en Iberoamérica (siglos XVIII-XIX)

Rafael Ferreira Jaques

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
jaquesrafaelferreira@gmail.com

Rodrigo Pardini Corrêa

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
pesquisarodrigo@gmail.com

Marcos Vinícius Teles Guimarães

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
mvtguimaraes@gmail.com

Resumo: No século XIX, a vila brasileira de São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, desempenhava um papel de relevância político-administrativa, funcionando como centro econômico e oficial dos principais atos e decisões sobre as demais vilas abarcadas pela comarca, além de operar como entreposto nas rotas comerciais entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, então capital da Colônia e do Império. Os registros da atividade pública são fundamentais para a compreensão das dinâmicas que envolvem o espaço urbano. No âmbito das fontes disponíveis sobre a administração pública em São João del-Rei, os livros de acórdãos do Senado da Câmara, que documentavam as decisões dos vereadores nas primeiras décadas do século XIX, se destacam por permitir um entendimento mais aprofundado sobre a dinâmica das obras públicas empreendidas nesses espaços. A partir da leitura desses registros, esta pesquisa tem por objetivo mapear e analisar as decisões documentadas pela entidade

¹Trabalho realizado com auxílio de fomento à pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

entre 1806 e 1828, visando compreender o papel do poder público local na implementação desses empreendimentos e as transformações urbanas delas decorrentes. Foram realizados o levantamento, transcrição e sistematização de 337 menções a obras públicas encontradas nos registros lidos, seguidos de uma análise quantitativa e qualitativa desse material. Desta forma, foi possível enquadrá-las em cinco categorias: estradas e pontes, obras em edifícios públicos, divisão territorial, limpeza das ruas, obras em ruas e casas no espaço urbano. Essa classificação permitiu a identificação da frequência dessas ações e de aspectos variados sobre as decisões e os procedimentos que as envolviam. Assim, esta investigação possibilitou compreender o papel significativo da atuação do poder público na manutenção e transformação dos espaços urbanos e possibilitaram identificar que as obras públicas eram uma prioridade para o Senado da Câmara, refletindo as necessidades de uma população em crescimento.

Palavras-chave: Obras públicas; Documentação administrativa; São João del-Rei; Século XIX.

Resumen: *En el siglo XIX, la villa brasileña de São João del-Rei, sede de la Comarca de Rio das Mortes, desempeñaba un papel de relevancia político-administrativa, funcionando como centro económico y oficial de los principales actos y decisiones sobre las demás villas comprendidas por la comarca, además de operar como emporio en las rutas comerciales entre las capitanías de Minas Gerais y Rio de Janeiro, entonces capital de la Colonia y del Imperio. Los registros de la actividad pública son fundamentales para la comprensión de las dinámicas que involucran el espacio urbano. En el ámbito de las fuentes disponibles sobre la administración pública en São João del-Rei, los libros de acuerdos del Senado da Câmara, que documentaban las decisiones de los regidores en las primeras décadas del siglo XIX, se destacan por permitir un entendimiento más profundo sobre la dinámica de las obras públicas emprendidas en esos espacios. A partir de la lectura de esos registros, esta investigación tiene como objetivo mapear y analizar las decisiones documentadas por la entidad entre 1806 y 1828, con el fin de comprender el papel del poder público local en la implementación de esos emprendimientos y las transformaciones urbanas resultantes. Se realizaron el levantamiento, transcripción y sistematización de 337 menciones a obras públicas encontradas en los registros leídos, seguidos de un análisis cuantitativo y cualitativo de ese material. De esta forma, fue posible encuadrarlas en cinco categorías: carreteras y puentes, obras en edificios públicos, división territorial, limpieza de las calles, obras en calles y casas en el espacio urbano. Esta clasificación permitió la identificación de la frecuencia de esas acciones y de aspectos variados sobre las decisiones y los procedimientos que las envolvían. De este modo, la investigación permitió comprender el papel significativo de la actuación del poder público en el mantenimiento y transformación de los espacios urbanos y posibilitaron identificar que las obras públicas eran una prioridad para el Senado da Câmara, reflejando las necesidades de una población en crecimiento.*

Palabras-clave: Obras públicas; Documentación administrativa; São João del-Rei; Siglo XIX.

Introdução

No âmbito brasileiro, a primeira metade do século XIX foi marcada por diversas mudanças, impactadas, sobretudo, por processos políticos que culminaram na Independência do Brasil em 1822. Nesse contexto, São João del-Rei se destacava como uma das vilas economicamente mais relevantes de Minas Gerais, devido a sua atividade agropastoril e ao desenvolvimento de sua infraestrutura. A localidade exerceu um papel central no estabelecimento de uma rede comercial de insumos não somente interna, mas também para outras regiões, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro (Graça Filho, 2002; Almeida, 2010).

O papel do Senado da Câmara de São João del-Rei na implementação e manutenção de parte dessa infraestrutura, contudo, permanece alvo de conjecturas, dada a existência de lacunas informacionais na historiografia. Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo mapear os indícios disponíveis sobre as obras públicas registradas nos livros de acórdãos dessa instituição e analisar as decisões documentadas entre 1806 e 1828. Busca-se com isso compreender o papel do poder público local na implementação desses empreendimentos e as transformações urbanas delas decorrentes.

Caracterizado por fortes transformações políticas decorrentes da transição de um domínio colonial português para a consolidação de uma estrutura político-administrativa brasileira, o recorte temporal analisado encontra-se compreendido entre o ano de 1806, quando se registram os primeiros acórdãos oitocentistas disponíveis na documentação, e 1828, com a implementação do Regimento das Câmaras (Brasil, 1828).

No período colonial, as câmaras municipais possuíam amplos poderes, congregando judiciário e administrativo, e simbolizavam um vínculo direto com a Coroa portuguesa (Araújo, 2024, p. 139). Sua instalação não era imediata a todos os povoados, mas tornava-se necessária quando eles se expandiam em termos populacionais e em relevância político-econômica (Araújo, 2024, p. 144). No âmbito dos documentos produzidos pela atividade ordinária do poder público local, destacam-se os registros de acórdãos – ou termos de vereança – como um dos principais documentos administrativos redigidos pelos senados da câmara. Quando constatada alguma demanda, os oficiais da câmara deliberavam as decisões em conjunto, e as atas das seções de reunião eram registradas pelo escrivão no livro de acórdãos (Bacellar, 2008, p. 34-35). Assim, é possível afirmar que esses livros contemplam as decisões tomadas pelos camaristas sobre os principais assuntos referentes à administração da vila (Jaques; Guimarães, 2024, p. 6). Neste contexto, considera-se que os registros de acórdãos desempenharam um papel central nos procedimentos administrativos, e seu estudo permite uma compreensão mais aprofundada das obras públicas demandadas pelo Senado da Câmara de São João del-Rei no período investigado. Assim, nesta investigação, optou-se por explorar os registros dessa tipologia documental.

O estudo dos registros disponíveis sobre as edificações públicas em São João del-Rei não é recente. Menções à construção de edifícios ligados à administração local figuram entre as principais fontes mencionadas por pesquisadores sobre o assunto desde os primeiros estudos sobre o passado dessa localidade (Almeida, 1919). Contudo, apesar de apresentarem um volume considerável de referências, a maioria dessas produções que versam sobre as obras públicas são-joanenses se concentrou em transcrever ou resumir os trechos encontrados nos documentos consultados, sem oferecer análises mais aprofundadas sobre o tema (Mourão Senior, 1924; Barbosa, 1930; Guerra, 1968; Cintra, 1982; Guimarães, 1996). Esta limitação deve-se, sobretudo, ao fato de que essas produções visavam abordar variadas temáticas sobre o passado local, sem se

ater a aspectos característicos sobre as edificações ou as obras públicas mencionadas, dado que não se tratam de investigações específicas sobre esse assunto.

As pesquisas de Roberto Maldos destacam a expansão urbana de São João del-Rei entre os séculos XVIII e XX e proporcionaram uma compreensão mais aprofundada sobre a documentação disponível sobre as obras públicas realizadas em São João del-Rei (Maldos, s. d.). Com base nos registros de acórdãos, por um lado, e de aforamentos e concessões de terras, por outro, foi identificada a ocorrência de um intenso processo de urbanização que resultou na abertura das principais vias do núcleo urbano no setecentos e princípio do oitocentos. Além disso, a construção de uma nova cadeia para a vila e o estabelecimento de um sistema de fornecimento de água potável para as fontes locais consistem nas principais obras públicas da década de 1820 destacadas pelo autor. No entanto, as informações apresentadas por Maldos carecem de referências explícitas de paginação, dificultando o acesso à informação primária, especialmente ao considerar o volume significativo de páginas dos manuscritos consultados por esse pesquisador.

Materiais e procedimentos metodológicos

Com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada as políticas administrativas e as transformações urbanas por meio dos registros de acórdãos do Senado da Câmara de São João del-Rei nas três primeiras décadas do século XIX, procedeu-se à leitura dos livros de número 10 a 14, pertencentes ao acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida (Quadro 1).

Código	Período	Folhas	Atividade
ACOR10	1806-1810	247	https://archive.org/details/BCAACSJACOR10
ACOR11	1810-1816	198	https://archive.org/details/BCAACSJACOR11
ACOR12	1816-1820	156	https://archive.org/details/BCAACSJACOR12
ACOR13	1820-1823	205	https://archive.org/details/BCAACSJACOR13
ACOR14	1823-1828	319	https://archive.org/details/BCAACSJACOR14

Quadro 1: Livros de registros de acórdãos do Senado da Câmara de São João del-Rei (1806-1828). Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida; organização dos autores.

A leitura dos registros documentais foi seguida pela seleção e compilação dos trechos, resultando em 337 menções relacionadas às obras públicas empreendidas pelo senado da câmara local (Gráfico 1). Buscou-se identificar palavras-chave relacionadas ao tema, compilando os trechos referentes às obras públicas em uma planilha e classificando-os quantitativa e qualitativamente conforme seis categorias temáticas, definidas a partir do conteúdo encontrado nos próprios registros de acórdãos: 1) estradas e pontes; 2) obras em edifícios públicos; 3) correições gerais; 4) questões sobre abastecimento de água; 5) obras em ruas e casas no espaço urbano; e 6) aspectos relacionados à divisão territorial da vila.

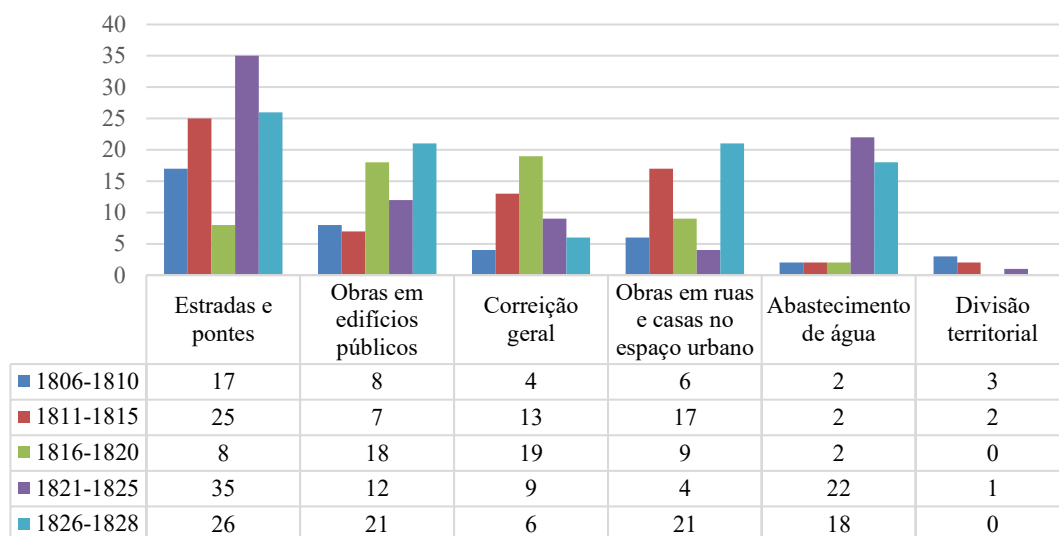


Gráfico 1: Número de registros conforme as categorias temáticas, distribuídos por período. Fonte: Livros de Acórdãos, Senado da Câmara de São João del-Rei (1806-1823); organização dos autores.

A partir da quantificação das menções identificadas, constatou-se que as manutenções e reconstruções de pontes no território de São João del-Rei consistem nos registros mais frequentes relacionados às obras públicas empreendidas pela câmara, sendo seguidas pelas referências ao abastecimento de água para a população e aos reparos realizados nos edifícios públicos. Foi possível constatar também uma tendência de crescimento do número de menções às obras públicas no período investigado (Gráfico 2).

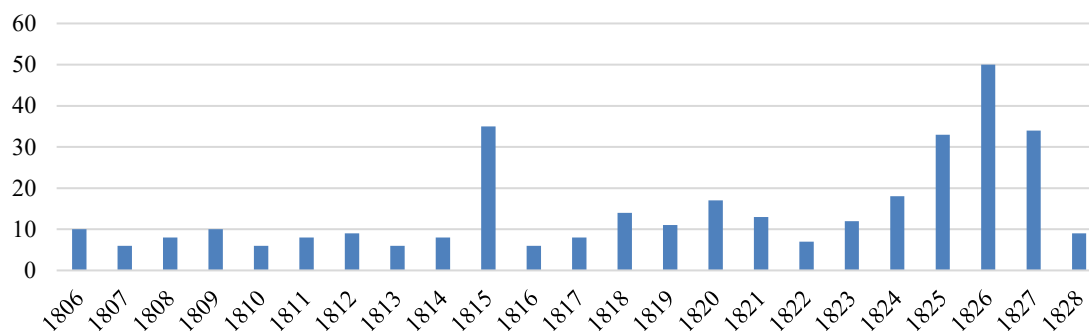


Gráfico 2: Número total de registros sobre obras públicas por ano. Fonte: Livros de Acórdãos, Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806-1823; organização dos autores.

Contudo, verificam-se dois pontos a serem considerados. Entre 1821 e 1822 foi identificada uma baixa de referências às obras públicas em comparação aos registros de anos próximos, possivelmente causada pela priorização de temas políticos nas sessões da câmara em decorrência dos processos relacionados à Independência do Brasil. Por outro lado, as referências relacionadas ao ano de 1828 se encontram incompletas, dado que os registros de acórdãos disponíveis cessam em fevereiro. No entanto, considera-se ter ocorrido uma igual tendência de alto número de obras relacionadas a esse ano, uma vez que o volume de referências registradas apenas em dois meses se aproxima do total de registros encontrados em 1822.

No âmbito da quantificação de menções, três aspectos inerentes aos registros de acórdãos devem ser levados em consideração. O primeiro deles se refere à possível existência de obras públicas não indicadas nos registros de acórdãos, dado que constam determinações de pagamentos ao procurador da câmara, na condição de “despesas miúdas” e sob quantias variadas, sem a indicação explícita às quais se destinavam. A correspondência dessas informações em outros livros, contudo, enfrenta desafios, dadas as lacunas documentais nas fontes remanescentes, como a ausência dos livros de receitas e despesas do último quartel do século XVIII e inícios do oitocentos entre os itens do Acervo da Câmara Municipal (Hargreaves, 2003).

O segundo aspecto se refere à repetição das menções correspondentes a uma mesma obra em um período relativamente curto. Ao ser anunciado o edital de uma arrematação pública, o pregão era anunciado durante cerca de quatro dias pelo porteiro da câmara. Frequentemente, se registravam nos termos de vereação os dias em que ocorreriam, sobretudo quando não se tratavam de datas sucessivas, avultando a quantidade de menções no levantamento realizado. Como exemplo, em vista de um grave dano estrutural em um muro na casa da câmara, em dezoito de janeiro de 1826, o poder público são-joanense determinou a realização de uma arrematação para ser anunciada pelo porteiro Joaquim da Costa e Oliveira. A continuação do pregão, contudo, ocorreu dois dias depois, no dia vinte. Dada a ausência de propostas para a realização da obra, apenas em vinte e nove de janeiro, determinou-se o pagamento dos custos do reparo realizado pelo procurador da câmara (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 170r-173r). Outro exemplo é a arrematação das obras e reparos realizados no chafariz localizado no largo da Igreja de São Francisco de Assis. Apenas no ano de 1826 foram localizados sete acórdãos com menções ao referido pregão, cujas informações indicam corresponder a empreendimentos de variadas naturezas, como a construção de muros, consertos de bicames e a manutenção do curso d'água. No ano seguinte, o restante das obras necessárias foi dividido em seis partes, sob um novo edital (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 221r). Desta maneira, constata-se que o número de menções às obras públicas registradas nos acórdãos corresponde a um volume significativamente superior à demanda real das mesmas e, por conseguinte, ao de obras postas em edital de arrematação.

O terceiro aspecto está relacionado à característica de escrita dos registros. Resultado das sessões da câmara, os termos de vereação eram registrados sob variadas formas, conforme os diversos escrivães, as demandas e os temas discutidos. Neste âmbito, menções a diferentes obras públicas abordadas nas sessões podiam ser registradas sob um único termo. Para que fosse possível a classificação temática na pesquisa, procedeu-se ao desmembramento dos registros para fins de quantificação no banco de dados. Como exemplo, em quatorze de setembro de 1825, por meio de um único termo de acórdão, o poder público de São João del-Rei determinou a realização de obras nas calçadas da casa da câmara e de três ruas, além de deliberar sobre a arrematação de reparos na Ponte do Rosário e na região do cais, resultando na categorização do trecho como correspondente às obras em ruas e casas no espaço urbano, estradas e pontes e também às obras em edifícios públicos (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 153r).

Arranjo da Câmara para os gastos das obras públicas

A primeira Constituição do Brasil, promulgada em 1824, estabeleceu a monarquia constitucional e organizou as bases do novo Estado brasileiro (Costa, 2020). Consequentemente, foram instituídos os Conselhos Gerais de Província, órgãos políticos de representação popular, na tentativa de absorver e centralizar parte das atribuições administrativas até então ocupadas pelas

câmaras municipais. A implementação do Regimento das Câmaras, em 1828, também decorrente da jurisdição constitucional, foi crucial para a normatização do funcionamento dos senados das câmaras (Brasil, 1828). Contudo, essa nova legislação substituiu a arquitetura administrativa do poder público no âmbito local, que se encontrava vigente desde o período colonial, resultando em significativas alterações nos cargos, funções, procedimentos, registros, nomenclaturas e no paulatino desaparecimento de antigos costumes (Gaio Sobrinho, 2010, p. 8-9). No período anterior a esse regimento, o Senado da Câmara de São João del-Rei era composto por seis membros, conhecidos como oficiais, eleitos a cada três anos e sorteados anualmente para servir por um ano. Compunham o corpo da câmara² dois juízes ordinários que alternavam a presidência das sessões, três vereadores e um procurador que frequentemente atuava como administrador e tesoureiro. Além desses havia o escrivão e dois almotacés. O escrivão ocupava o cargo por tempo indeterminado, enquanto os almotacés eram nomeados a cada dois meses (Gaio Sobrinho, 2010, p. 6-7).

Os procedimentos administrativos subsequentes às decisões da câmara registradas nos acórdãos eram documentados nos livros pertinentes a cada instância. Por exemplo, ao constatar a necessidade de empreender uma vistoria para avaliar o estado de um equipamento urbano, os membros da câmara definiam o dia para a visita de inspeção. Caso fosse identificada a demanda de uma obra, acordavam em publicar um edital para estabelecer as condições do empreendimento, que era posto em pregão. Consequentemente, elaboravam-se os termos de arrematação, que eram posteriormente anunciados ao público pelo porteiro da câmara. Após os lances dos interessados, selecionados conforme o preço e as condições oferecidas, redigia-se o termo de ajuste (contrato) da obra. Com a conclusão do empreendimento, o procurador da câmara efetuava o pagamento previamente acordado, cujo valor era contabilizado pelo tesoureiro³. Caso não aparecessem interessados, o procurador da Câmara assumia a obra (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 163v).

As obras empreendidas pelo Senado da Câmara de São João del-Rei representavam montantes significativos em relação às receitas disponíveis. Para garantir sua conclusão, os membros do poder público adotavam diversas estratégias para minimizar os custos, como a divisão da obra em etapas por meio de diferentes editais de arrematação, permitindo assim o pagamento da obra sem comprometer o próprio orçamento. Outra alternativa, exemplificada pela construção da casa de câmara e cadeia, era a venda de parte dos bens pertencentes ao poder público para angariar fundos. Além disso, uma terceira estratégia identificada foi a cessão temporária e voluntária de pagamentos aos membros da câmara. Como exemplo, em 1826, diante das várias obras iniciadas naquele ano, os oficiais concordaram em ceder temporariamente os valores referentes às suas atividades extraordinárias como forma de contribuir para a conclusão das obras públicas (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 218v).

A realização das correções no espaço urbano também se destaca como um aspecto relevante para a efetividade das obras públicas realizadas pela câmara. Como parte de suas funções ordinárias,

² Para mais informações sobre os cargos e suas respectivas funções no âmbito da administração pública, ver Salgado (1985).

³ Os estudos empreendidos por Monica Lage apontam para a existência de sete etapas relacionadas ao processo de arrematação efetuados pelo poder público: os acordos, a elaboração da arrematação, a cerimônia de arrematação, a apresentação do fiador, o auto de arrematação, os pagamentos efetuados ao prestador e a louvação ou vistoria (Lage, 2023, p. 241).

cabia ao corregedor (cargo frequentemente ocupado pelo ouvidor) fiscalizar as ações implementadas pelo poder público sob jurisdição de sua comarca. Por sua vez, os oficiais da câmara avaliavam periodicamente o cumprimento das decisões tomadas em suas sessões, assegurando, assim, o controle e a eficácia de sua atuação. Nesse contexto, o corregedor auditava as contas, rejeitando despesas consideradas desnecessárias, e revisava os registros do poder público determinando alterações. Em contrapartida, os oficiais da câmara realizavam vistorias nas vias e edifícios públicos para garantir a limpeza urbana, a desobstrução das ruas e becos, a efetividade da atuação dos arruadores e almotacés, a vigência das licenças emitidas para comerciantes e outros trabalhadores, além do cumprimento das decisões aprovadas nas sessões da câmara. Nos registros de acórdãos de São João del-Rei, as correções realizadas ocorriam anualmente ou semestralmente, entre os meses de junho e agosto ou entre novembro e dezembro, e eram estabelecidas por meio de um edital publicado pelo porteiro. A recorrência dessas correções pode ser atestada em todos os anos cobertos pela pesquisa, e se mostrou um procedimento regular e de importância para o poder administrativo.

Registros sobre as obras públicas

Uma das principais demandas de infraestrutura a cargo do poder público são-joanense verificada nos registros de acórdãos foi a abertura de estradas e a manutenção das vias públicas, muitas das vezes atendendo ao requerimento dos próprios moradores. No recorte temporal analisado, foram encontradas diversas menções à abertura e conservação dos caminhos que interligavam o núcleo urbano a regiões mais afastadas. Um exemplo notável é o caminho que ligava a vila ao Porto Real da Passagem – atual Matosinhos – que figurava como uma importante via pública, pois por ele transitavam viajantes provenientes do Rio de Janeiro, ou ainda aqueles que partiam para Vila Rica ou São José del-Rei. Essa sinuosa via seguia a partir da ponte de pedra localizada na Rua do Hospital, dirigia-se à região do Matola, onde atravessava as águas do Tatabinga e uma pequena ponte de madeira sobre o Córrego Água Limpa, rumava para a Igreja do Senhor Bom Jesus do Matosinhos para, finalmente, alcançar a Ponte do Porto, ponto onde os viajantes podiam transpor o Rio das Mortes. Esse caminho, que interligava o Porto Real da Passagem à vila, corresponde a um segmento do Caminho Velho da Estrada Real (Guimarães, 1986, p. 84) e que, em janeiro de 1806, se encontrava em “perigo de vida para as pessoas que entrarem ou saírem de noite”, levando o poder público a empreender seu conserto (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 12r).

Ainda no âmbito dos caminhos administrados pelo Senado da Câmara de São João del-Rei, em 1814, foi autorizada a abertura de um novo caminho entre Rio Branco e a Estrada Real, atendendo ao requerimento de moradores das cabeceiras do Rio Grande (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1810, f. 142v). Como estrada de chão, a via frequentemente sofria com atoleiros causados pelas chuvas, situação agravada pelo trânsito de animais, carros e pessoas. Em janeiro de 1828, o Senado da Câmara determinou a manutenção dessa via, considerando o estado precário em que se encontrava, “[...] a fim de que tal lugar se torne transitável” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 289r).

De forma complementar aos caminhos, a manutenção das pontes era também parte das obrigações da câmara. Além das travessias de pedra localizadas no núcleo urbano da vila, o poder público promovia a construção e os reparos daquelas que interligavam São João del-Rei a outras localidades. Essas pontes, frequentemente edificadas em madeira, necessitavam de reparos constantes devido à sua maior fragilidade e desgaste. Exemplo do ocorrido na Ponte do Rio das Mortes Pequeno, que caiu em 1806 devido às fortes chuvas, por “ser esta uma das principais

entradas desta Vila para a transição geral e majoritariamente por onde entra a maior parte dos víveres e mantimentos que fertilizam aos habitantes e moradores desta terra” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 141r), no mesmo ano foi determinado seu conserto. Localizada na estrada que se dirigia para São Paulo, a travessia desse curso de água era considerada essencial para o abastecimento de víveres na vila. Observa-se, contudo, que a força das águas danificava severamente as estruturas, resultando em reparos constantes pelo poder público. Além de consertos nessa ponte, no período investigado, foram descritos reparos nas pontes da Água Limpa, da Tabatinga, do Ribeirão da Prata, do Rio Ingaí, do Rio da Prata, do Tanque, do Capivari, do Servo e a ponte próxima à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foi identificada também a construção de uma ponte sobre o Rio Elvas em 1810, de forma a encurtar o caminho entre Vila Rica e Barbacena (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 237r-237v). Por se tratar de uma construção que permitiria um melhor acesso entre os núcleos urbanos e beneficiaria um número significativo de moradores próximos, foi acordado que a despesa para esse empreendimento seria dividida com a Câmara da Vila de São José del-Rei, atual Tiradentes (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1810, f. 164v).

Na documentação analisada, foi possível constatar que os edifícios públicos exigiam reformas frequentes. Nesse contexto, a casa da câmara e a residência dos ouvidores da comarca, situadas em frente ao largo do pelourinho da vila, destacam-se pelo número significativo de intervenções realizadas. Entre as determinações de reformas empreendidas nessas edificações, foram registradas a substituição de telhas, a reconstrução de paredes danificadas, reparos nos muros, além de outras manutenções de menores dimensões (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 69v).

Entre os registros de acórdãos, a negociação de imóveis administrados pelo poder público também foi identificada. Como exemplo, a casa em que residiam os ouvidores da comarca, de propriedade do Senado da Câmara de São João del-Rei, foi posta à venda em 1827 com o objetivo de obter fundos para a construção de uma nova cadeia, com a justificativa de que a antiga não possuía “o necessário asseio a bem da saúde dos presos” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 258r-258v). Situada no largo da Igreja do Rosário desde meados do setecentos, o edifício foi palco de frequentes fugas de presos no início do século seguinte, devido às condições precárias de sua estrutura. Ao considerá-la “[...] imunda, e apertada, e não ter os cômodos suficientes” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 5r), o poder público são-joanense promoveu, em 1820, uma avaliação para determinar o melhor local para a construção de uma nova cadeia. Nos anos subsequentes, com a ocorrência de novas fugas, foram realizados reparos emergenciais no edifício (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 73v-74r, 89v-90r). Apesar das diversas pequenas reformas realizadas, destinadas a mitigar os problemas estruturais da construção, somente em 1826 foi elaborado um edital de arrematação para a realização de obras de maior envergadura (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 182r). Mesmo com a proposta de venda da casa em que residiam os ouvidores da comarca, a cadeia localizada no largo da Igreja do Rosário permaneceu em funcionamento até 1853, quando os presos foram transferidos para o novo edifício da câmara, às margens do Córrego do Lenheiro (Guimarães, 1996, p. 89).

No espaço de trânsito urbano, a atuação do poder público de São João del-Rei não se restringia à manutenção das calçadas e pontes. Entre os acórdãos do período, destaca-se o alargamento dos antigos becos, como a Rua Nova, atual Rua Sebastião Sette (Cintra, 1982, p. 20), cuja obra foi realizada em 1826. A desobstrução das vias, seja causada pelo depósito de entulhos ou pela ocupação irregular do espaço público para a construção de edificações particulares, era também

uma das atribuições dos senados da câmara. Neste sentido, diversas menções foram encontradas nos termos de vereação do período analisado, e que permitiram identificar ruas, moradores, bem como o transporte de materiais. Como exemplo, em 1821, o poder público determinou a realização de uma vistoria para avaliar uma possível desobstrução de um segmento da Rua do Tejuco, que impedia o transporte das pedras utilizadas pela Ordem Terceira do Carmo para a construção de sua igreja (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 62r).

No que se refere à abertura de vias, foi possível identificar a preocupação em se manter o alinhamento das ruas por parte do poder público. Cabia ao arruador da câmara realizar a medição dos terrenos e delimitar o traçado das ruas, evitando o impedimento do trânsito de pessoas e cargas. Essa preocupação se refletiu, por exemplo, na autorização para obras empreendidas no terreno que pertenceu a Manoel da Costa Souto, em que se determinou a realização de uma vistoria para assegurar que a obra realizada no terreno estivesse alinhada com o traçado da Rua Nova (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1820, f. 9v).

Entre as atribuições do poder público, o fornecimento de água potável para a população demandou a construção de uma rede de abastecimento hidráulico em São João del-Rei, que se refletia na preocupação dos oficiais da câmara com a construção e manutenção de fontes públicas. Nos registros disponíveis, o chafariz edificado no largo da Igreja de São Francisco de Assis se destacou como obra pública com um alto volume de menções devido aos numerosos pregões. Ao se deparar com um período de escassez de água em 1810, o senado da câmara são-joanense considerou essas fontes de abastecimento para a população como assunto prioritário (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 227r-227v), ordenando o lançamento de um edital para a abertura de um “rego por onde há de passar a água que há de vir do Córrego do Calaboca para o chafariz que se pretende fazer nesta vila” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 194r). Em 1817, por acharem o chafariz em ruínas, procedeu-se uma vistoria para avaliar os consertos necessários a esse bem (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1816, f. 48v). A partir de 1822, o poder público optou pela captação das águas em um outro local, mais perene, denominado “Olhos d’água”, que corria por meio de regos, calhas abertas e bicas, denominadas andaimes, até atingir o chafariz, o qual possuía três bicames (Viegas, 1969, p. 95). As águas eram, por sua vez, recolhidas por meio de outro encanamento subterrâneo, que desaguava no Córrego do Lenheiro. No âmbito dos termos de vereação encontrados nesse período, foi possível identificar que os problemas relacionados ao fornecimento de água eram recorrentes, dado que, além da carestia de água em períodos de seca, parte dos proprietários das terras próximas ao trajeto dos encanamentos também utilizavam esse recurso para fins particulares, prejudicando sua disponibilidade pela população (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 264v).

Além do fornecimento de água e a manutenção dos caminhos e ruas, o Senado da Câmara de São João del-Rei empreendeu, durante a primeira metade do oitocentos, diversas obras de infraestrutura para suprir as demandas da população. Visando diminuir os problemas associados às enchentes e facilitar o acesso dos moradores às margens do Córrego do Lenheiro, o poder público empreendeu diversas obras na região do Rossio, formando um cais. Localizado entre as pontes do Rosário e da Intendência, essa obra consistia em um paredão e uma rampa construídos em pedra e possibilitou delimitar parte das margens do córrego. Contudo, dadas as chuvas e as intensas correntezas, diversas menções sobre a manutenção do cais foram identificadas nos registros de acórdãos (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1823, f. 100v).

As dimensões territoriais de São João del-Rei exerceram um impacto significativo nas obras de infraestrutura realizadas pela câmara, em que foi possível identificar mudanças nos limites territoriais da vila. Especialmente a partir de 1833, São João del-Rei sofreu diversos desmembramentos, como os territórios de Barbacena e Baependi (Graça Filho, 2002, p. 33). Apesar disso, já se encontravam registros de divisão territorial ainda no primeiro quartel do século XIX. Em 1809, acordaram na Câmara em remeter uma procuração sobre a divisão do território da Vila de São João del-Rei com o do termo da Campanha da Princesa (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1806, f. 186v-187r). Em 1811, foi registrado uma ordem real “tendente a Criação de Distritos novos a qual foi apresentada a esta Câmara” (Senado da Câmara de São João del-Rei, 1810, f. 34v). Somente em 1813, quatro anos após a procuração sobre a divisa com a Campanha da Princesa, é que se estabeleceram as divisas do território. Em outubro de 1823, os oficiais da câmara enviaram uma correspondência ao imperador sugerindo a divisão do território sob jurisdição da vila em quatro freguesias. Nesse contexto, essa nova divisão territorial possivelmente facilitou a administração das demandas de cada núcleo urbano pelos respectivos representantes locais, reduzindo a necessidade de intervenções diretas por parte do senado da câmara e permitindo que esses oficiais direcionassem seus recursos exclusivamente para as demandas da vila.

Considerações finais

Durante as significativas transformações político-administrativas que ocorreram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, a Vila de São João del-Rei figurou como um centro econômico e logístico de destaque em Minas Gerais. A consolidação de uma atividade agropastoril regional, aliada ao desenvolvimento de uma infraestrutura de abastecimento abrangente, desempenhou um papel crucial na afirmação de São João del-Rei como um importante ponto de articulação em uma rede comercial que supria tanto as necessidades locais quanto às demandas de outras regiões, como o Rio de Janeiro. As obras públicas realizadas no período são um indicativo do desenvolvimento econômico da vila, que se estendeu para além do ápice da exploração aurífera.

Apesar da reconhecida relevância econômica de São João del-Rei por meio de estudos histórico-econômicos já publicados, o papel do poder público local na manutenção dessa infraestrutura ainda se mostrava impreciso, devido à falta de informações claras sobre quais foram as obras públicas empreendidas pelo senado da câmara no período. Buscando mapear os indícios disponíveis sobre essas obras nos livros de acórdãos dessa instituição entre 1806 e 1828, a presente pesquisa permitiu compreender de forma mais aprofundada as potencialidades do estudo dessas fontes documentais, apontando novos caminhos investigativos possíveis.

Foi possível constatar um aumento nas menções a obras públicas ao longo do período investigado. A análise quantitativa dos registros classificados em seis categorias temáticas revelou que as obras relacionadas à manutenção e à reconstrução de pontes foram as mais mencionadas, seguidas pelos reparos em edifícios públicos, refletindo as principais preocupações da administração local. No âmbito dessa classificação, uma das principais demandas do poder público em São João del-Rei foi a manutenção das vias públicas, sobretudo os caminhos que interligavam a vila a outras regiões. A câmara também era responsável pela construção e reparo das pontes existentes no território, essenciais para o trânsito de mercadorias e pessoas para a vila. Neste contexto, foi possível identificar a atuação dos oficiais da câmara na ampliação e desobstrução de vias, tal como a Rua Nova, ampliada em 1826. O alinhamento das ruas era também uma preocupação do poder público, que designava o arruador para medir terrenos e garantir que as construções não

impedissem o trânsito. Além dos aspectos relacionados à mobilidade urbana, o fornecimento de água potável era uma prioridade que levou à construção de uma rede de abastecimento hidráulico, incluindo o chafariz no largo da Igreja de São Francisco de Assis. O senado da câmara também empreendeu obras para mitigar enchentes e facilitar o acesso ao Córrego do Lenheiro, como a construção de um cais entre as pontes do Rosário e da Intendência. A manutenção das obras públicas já edificadas não se restringiu aos reparos de vias e a construção de estruturas de abastecimento de água. Em vista das reformas frequentes para a conservação dos edifícios públicos, como a casa da câmara e a residência dos ouvidores, situadas no largo do pelourinho, foram encontrados diversos registros, que incluem a substituição de telhas, reconstrução de paredes e reparos em muros, entre outras manutenções. Igualmente, a limpeza e a conservação dos espaços públicos consistiam em uma importante demanda, que exigia a desobstrução e asseio das ruas.

Ao considerar o número de obras empreendidas de maneira simultânea e o volume significativo de recursos a elas destinados, foi possível identificar estratégias tomadas pelos membros do senado da câmara de São João del-Rei para minimizar o impacto orçamentário dessas empreitadas, como a divisão desses trabalhos em etapas, por meio de diferentes editais de arrematação; a cessão temporária de parte de seus emolumentos para a finalização dessas obras; ou ainda a venda de um bem público para angariar fundos. Neste sentido, a adoção desses mecanismos administrativos possibilitou constatar a necessidade, a relevância, ou ainda mesmo a urgência dessas obras no contexto das demandas do poder público são-joanense.

Duas limitações deste estudo, contudo, merecem destaque. Primeiramente, o escopo documental representou um desafio significativo. Os livros de acórdãos contemplam as deliberações dos oficiais do senado da câmara, apontando a necessidade de obras, decisões sobre sua realização e parte do processo de contratação de interessados em realizá-las. No entanto, alguns detalhes específicos, como forma, dimensões e materiais utilizados, foram frequentemente indicados de maneira secundária e imprecisa, dificultando uma compreensão mais profunda das obras públicas exclusivamente por meio do conteúdo desses registros. Em segundo lugar, é necessário destacar a proporção entre a quantificação das menções às obras públicas e do número real de obras realizadas. Se, por um lado, a análise quantitativa apontou que o número de menções encontradas foi superior ao volume de obras empreendidas no período analisado, dado que diversos desses registros se referem a uma mesma obra, por outro, o número de menções encontradas pode não refletir a totalidade das obras executadas, uma vez que foram constatados registros de pagamentos por reparos classificados como “despesas miúdas”, que poderiam corresponder a reparos ou edificações não indicadas precisamente. Entretanto, a quantificação de menções pode levar a uma interpretação equivocada ao considerar que todas as obras mencionadas foram concluídas, o que não pôde ser verificado exclusivamente pelos registros de acórdãos.

Apesar dessas limitações, o estudo proporcionou uma compreensão mais aprofundada e abrangente sobre as obras públicas empreendidas em São João del-Rei nas três primeiras décadas do oitocentos. Essa compreensão apontou para a necessidade de novas pesquisas documentais que possam trazer novas perspectivas, seja por meio de outras fontes, como os registros de editais e despesas, seja pela investigação de outros períodos, como as décadas subsequentes ou anteriores ao recorte temporal. Assim, esta pesquisa não apenas ampliou o entendimento sobre a relação entre as obras públicas e a administração do senado da câmara local, mas também permitiu estabelecer bases sólidas que possibilitam futuras pesquisas sobre a história urbana da localidade.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Samuel Soares de. **Memoria histórica do município de S. João d'El-Rey**. Documento de pesquisa, São João del-Rei, 1919. Arquivo Histórico de São João del-Rei do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Papeis soltos, cx. 01.

ARAÚJO, Patricia Vargas Lopes de. O papel das Câmaras Municipais na administração das cidades no século XIX e a configuração do município de Viçosa (MG). **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 24, 2024.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BARBOSA, José Victor. **S. João d'el-Rey atravez [de] suas ephemerides**. 2ª ed. São João del-Rei: Casa Assis, 2008.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Rio de Janeiro, 1828.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. Nomenclatura de ruas de São João del-Rei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. 6, p. 5-24, 1982.

COSTA, Vivian Chierigati. **Suspensão de garantias na monarquia constitucional representativa brasileira: debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem (1824-1842)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **São João del-Rei através de documentos**. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**. Rio de Janeiro: Annablume, 2002.

GUERRA, Antônio. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei: 1717-1967**. Juiz de Fora: Esdeva, 1968.

GUIMARÃES, Geraldo. O capão da traição. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. 4, p. 78-86, 1986.

GUIMARÃES, Geraldo. **São João del-Rei século XVIII: história sumária**. São João del-Rei: SEGRAC, 1996.

HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes (Coord.). **Guia de fontes do arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (1715-1930)**. Juiz de Fora: Clio, 2003.

JAQUES, Rafael Ferreira; GUIMARÃES, Marcos Vinícius Teles. Políticas administrativas e as transformações urbanas nos acórdãos da Câmara de São João del-Rei (1806-1820). In: CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, 31, São João del-Rei. **Anais...** São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2024, p. 1-20.

LAGE, Monica. O processo de arrematação de obras públicas e religiosas nas Minas Gerais setecentistas: um estudo sistematizado. **Perspectiva Pictorum**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 240-264, 2023.

MALDOS, Roberto. **Formação urbana da cidade de São João del-Rei**. Estudo, São João del-Rei, sem data.

MALERBA, Jurandir. De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Capítulo 4, p. 153-178.

MOURÃO SENIOR, Francisco. **Tradições de S. João d'El-Rei**. São João del-Rei: Tipografia Commercial, 1924.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acórdãos**. Documento administrativo, São João del-Rei, 1806. Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ACOR10. Disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJACOR10>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acórdãos**. Documento administrativo, São João del-Rei, 1810. Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ACOR11. Disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJACOR11>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acórdãos**. Documento administrativo, São João del-Rei, 1816. Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ACOR12. Disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJACOR12>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acórdãos**. Documento administrativo, São João del-Rei, 1820. Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ACOR13. Disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJACOR13>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acórdãos**. Documento administrativo, São João del-Rei, 1823. Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, ACOR14. Disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJACOR14>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, Claudia Resende. **Senado da Câmara da Vila de São João del-Rei: da administração colonial à pesquisa histórica**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. 3ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.